



Discurso do secretário municipal de Direitos Humanos e Cidadania, Rogério Sottili, na Comemoração do Dia Internacional de Apoio às Vítimas da Tortura

27/6/14, às 14h, na Sociedade Santos Mártires, Jardim Ângela

Boa tarde a todas e todos,

É uma satisfação estar presente neste ato que comemora o Dia Internacional de Apoio à Vítima da Tortura.

Agradeço a Ação dos Cristãos pela Abolição da Tortura, a ACAT, e a Sociedade Santos Mártires pelo convite, e parabênzico pela realização do evento. Faço uma saudação especial ao Luis Fabbri e ao Padre Jaime pelo trabalho. Cumprimento meus companheiros de mesa, e saúdo todos os presentes.

Infelizmente, o Brasil tem uma cultura histórica de pelo menos 500 anos de violência. Inauguramos nossa presença nesse continente com o extermínio das populações indígenas que viviam aqui e continuam morrendo até hoje. Tivemos mais de três séculos de escravidão que nunca foram elaborados adequadamente na nossa sociedade. Passamos por períodos de ditadura e até hoje não enfrentamos o processo completo de memória, verdade e justiça para superar as violações de direitos humanos ocorridas nestes contextos.

Isso tem um impacto claro na permanência da tortura nas nossas estruturas institucionais até hoje. A impunidade arraigada cria brechas para que a violência de Estado continue presente. É necessário fazer essa discussão, especialmente neste ano marcado pelo cinquentenário do golpe de Estado que instituiu uma

ditadura civil-militar que durou mais de 20 anos, um período de torturas, desaparecimentos, mortes e outras violações de direitos.

Na Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC), criamos a Coordenação de Direito à Memória e à Verdade, que deve atuar com ações estruturantes sobre o tema, de entregas, para fazer esse tema chegar às salas de aula, revisar o nome das ruas que ainda prestam homenagens aos torturadores, ajudar a organizar os arquivos municipais e construir marcos simbólicos nos sítios de memória. Sobretudo, a Coordenação deve garantir que os familiares e militantes do tema sejam ouvidos pelas diversas esferas públicas nas ações sobre o tema.

O prefeito Fernando Haddad também acabou de sancionar a lei que cria a Comissão da Memória e Verdade da Prefeitura de São Paulo, com o objetivo específico de investigar o papel da Prefeitura durante a ditadura civil-militar, além das violações de direitos humanos cometidas e sofridas por seus servidores.

Esses são passos iniciais para dissipar a nuvem de silêncio que sombreou mais de vinte anos da nossa cidade, mas ainda temos muito o que fazer para fortalecer a cultura de paz. A superação de uma cultura de violência é um processo, que não será feito de uma hora para outra, mas precisamos avançar passo a passo.

O terceiro Programa Nacional de Direitos Humanos, o PNDH-3, construído com ampla participação social, reforçou a diretriz da erradicação da tortura no âmbito da violência institucional. Uma de suas importantes previsões foi a elaboração do projeto de lei que institui o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, com o objetivo de impedir torturas, maus-tratos e tratamentos degradantes a indivíduos privados de liberdade em delegacias, presídios, hospitais, asilos, centros de tratamento psiquiátrico e de reabilitação de drogas, entre outros locais.

O Sistema já foi aprovado no Congresso Nacional e agora deve ser implementado. Será um importante instrumento no combate à tortura. Entre outras previsões, representantes da sociedade civil que compõem o Mecanismo Preventivo podem

entrar em qualquer local de internação sem aviso prévio, consolidando um importante instrumento contra essa violação de direitos humanos que encontra nas salas escuras a oportunidade de se concretizar.

Mas para além dos locais de internação, também convivemos com a violência institucional nas ruas, dirigida especialmente contra a juventude negra e de periferia, principal vítima de homicídios – especialmente se considerarmos os homicídios cometidos pela própria polícia. Os índices de mortalidade dessas pessoas é alarmante e inaceitável.

O número de homicídios é um dado concreto da violência, mas não é isolado e vem permeado por processos amplos de violações de direitos humanos, como a tortura. O inquérito policial que apura o desaparecimento do pedreiro Amarildo, por exemplo, indica que ele foi torturado por policiais militares enquanto esteve detido na UPP.

Segundo pesquisa recente da Universidade Federal de São Carlos, as vítimas de letalidade policial no estado de São Paulo, de 2009 a 2011, eram predominantemente negras (61%), homens (97%) e jovens (57% menores de 24 anos). Para 98% dos policiais autores, o resultado das investigações apontou que não foi cometido crime, ou estes agiram em legítima defesa e estrito cumprimento do dever.

Esse dado comprova que, para mudar essa realidade, uma das principais conquistas que precisamos alcançar é exigir a aprovação do PL pelo fim dos autos da resistência – nome dado às ocorrências de morte ou lesão corporal da vítima que supostamente resistiu à ação policial. Atualmente, não há regras sobre a investigação dos agentes estatais responsáveis pelo ato, o que fortalece a permanente situação de impunidade. O projeto altera o Código de Processo Penal para garantir a apuração célere desses casos.

Ano passado, acompanhado de diversos artistas e ativistas, fui pessoalmente à Câmara dos Deputados pedir ao presidente Henrique Alves para colocar o projeto

em pauta. Infelizmente, faz 1 ano que o projeto continua aguardando aprovação em plenário.

Ao mesmo tempo, devemos atuar para reduzir a vulnerabilidade das pessoas que são as principais vítimas da violência. Para isso, a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo, por meio da Coordenação de Políticas para Juventude está implementando o Plano Juventude Viva na Cidade.

O Plano é um conjunto de políticas públicas que devem ser implementadas nos territórios, garantindo alternativas de vida aos jovens. Em São Paulo pretendemos chegar nesta gestão em 10 distritos, nos bairros com maior vulnerabilidade dos jovens e consequente índice de mortalidade.

Para enfrentar a cultura de violência, é preciso ainda buscar uma completa mudança de valores, o que inclui a formação policial, como, por exemplo, o trabalho que a Prefeitura de São Paulo está realizando com a Guarda Civil Metropolitana.

Por meio da Coordenação de Educação em Direitos Humanos, a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania está realizando a formação em direitos humanos dos educadores do Centro de Formação dos Guardas e dos próprios guardas metropolitanos.

Essas são algumas ações que podem ajudar a superarmos a realidade de tortura que ainda convivemos no país. Precisamos de mais, pois não é admissível conviver com essa gravíssima violação de direitos humanos até hoje. E temos mais chances se trabalharmos juntos.

Contem conosco! Forte abraço e obrigado!